

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) N.º 252, DE 2005 (Do Sr. Antonio Cambraia)

Altera a redação dos arts. 186 e 187 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a fim de estabelecer tempo máximo para procedimento de votação nominal pelo sistema eletrônico.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PRC 93/1996.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

	Art.1º O art. 186 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados
passa a vigo	rar acrescido do seguinte parágrafo terceiro:
	"Art.186
	§ 3º A votação nominal pelo sistema eletrônico transcorrerá no tempo
mávimo do	quarenta e cinco minutos, findo os quais o Presidente declarará
	·
encerrada a	votação. (NR)"
	A 4 40=
	Art 187
	§1º
	 I – data e hora em que se processou a votação, observado o limite de
tempo fixado	no § 3º do art. 186;
•	(NR)"
	(, , ,
	Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
	Art.2 Lota Neodiução entra em vigor na data de oda públicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução, que ora submeto à apreciação dos ilustres Pares, visa a limitar o tempo gasto no processo de votação nominal pelo sistema eletrônico.

Entendo que a prática atual, além de extremamente cansativa, quebra o ritmo das votações, desmerece a pontualidade e assiduidade dos parlamentares que levam a sério o exercício de seu mandato, desanima a assistência, desacredita o trabalho parlamentar frente à mídia e à sociedade, e, sobretudo, acaba empobrecendo a discussão de temas importantíssimos para o país.

Parece-me, assim, que a melhor solução é evitar a espera indefinida até que se complete o *quorum*, fixando desde logo um prazo máximo de quarenta e cinco minutos para transcurso de todo o processo de votação nominal pelo sistema eletrônico.

Certo de que a presente proposta contribuirá para o aperfeiçoamento do processo legislativo, confio na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2005.

Deputado ANTÔNIO CAMBRAIA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

REGIMENTO INTERNO

DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO XIII DA VOTAÇÃO Seção II Das Modalidades a Processos de Vo

Das Modalidades e Processos de Votação

Art. 186. O processo nominal será utilizado:

I - nos casos em que seja exigido quórum especial de votação;

II - por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado;

III - quando houver pedido de verificação de votação, respeitado o que prescreve o $\S~4^{\rm o}$ do artigo anterior;

IV - nos demais casos expressos neste Regimento.

§ 1º O requerimento verbal não admitirá votação nominal.

§ 2º Quando algum Deputado requerer votação nominal e a Câmara não a conceder, será vedado requerê-la novamente para a mesma proposição, ou para as que lhe forem acessórias.

Art. 187. A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico

de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pela Mesa para sua utilização.

 $\S~1^{\rm o}~$ Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I - data e hora em que se processou a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o nome de quem presidiu a votação;

IV - os nomes dos Líderes em exercício presentes à votação;

V - o resultado da votação;

VI - os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, os que votaram contra e os que se abstiveram.

- § 2º A listagem de votação será publicada juntamente com a ata da sessão.
- § 3º Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.
- § 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 80, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa, observando-se que:
 - * Parágrafo 4º com redação dada pela Resolução no 22, de 1992.
 - I os nomes serão anunciados, em voz alta, por um dos Secretários;

- II os Deputados, levantando-se de suas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;
 - III as abstenções serão também anotadas pelo Secretário.
- Art. 188. A votação por escrutínio secreto far-se-á pelo sistema eletrônico, nos termos do artigo precedente, apurando-se apenas os nomes dos votantes e o resultado final, nos seguintes casos:
- I deliberação, durante o estado de sítio, sobre a suspensão de imunidades de Deputado, nas condições previstas no § 8º do art. 53 da Constituição Federal;
- II por decisão do Plenário, a requerimento de um décimo dos membros da Casa ou de Líderes que representem esse número, formulado antes de iniciada a Ordem do Dia.
 - * Inciso II com redação dada pela Resolução no 22, de 1992.
- § 1º A votação por escrutínio secreto far-se-á mediante cédula, impressa ou datilografada, recolhida em urna à vista do Plenário:
 - I quando o sistema eletrônico de votação não estiver funcionando;
- II no caso de pronunciamento sobre a perda do mandato de Deputado ou de suspensão das imunidades constitucionais dos membros da Casa durante o estado de sítio;
- III para eleição do Presidente e demais membros da Mesa, do Presidente e Vice-Presidentes de Comissão Permanente, dos membros da Câmara que irão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional, dos dois cidadãos que irão integrar o Conselho da República, e nas demais eleições.
 - § 2º Não serão objeto de deliberação por meio de escrutínio secreto:
 - I recursos sobre questão de ordem;
 - II projeto de lei periódica;
- III proposição que vise à alteração de legislação codificada ou disponha sobre leis tributárias em geral, concessão de favores, privilégios ou isenções e qualquer das matérias compreendidas nos incisos I, II, IV, VI, VII, XI, XII e XVII do art. 21 e incisos IV, VII, X, XII e XV do art. 22 da Constituição Federal;
- IV autorização para instauração de processo, nas infrações penais comuns ou nos crimes de responsabilidade, contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

	acrescentado	1	•		

FIM DO DOCUMENTO